

(3) Simulado CFP: Módulo III - Planejamento de Aposentadoria

01 [305322] Com relação a previdência pública e a previdência complementar no Brasil, podemos afirmar que:

I - Tanto o INSS, quanto os planos do tipo VGBL e PGDL, trabalham conforme o tipo de regime de repartição simples.

II - Os planos classificados como previdência complementar aberto funcionam através de Regime Financeiro de Capitalização, onde cada contribuinte aporta valores para a sua própria aposentadoria.

III - Os regimes RGPS e RPPS tem caráter de contribuição obrigatória e funcionam no regime de repartição simples.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas
- b) II e III, apenas
- c) III, apenas
- d) Nenhuma das alternativas



02 [305323] Um cliente têm como opções para a sua aposentadoria a previdência pública, como por exemplo, o INSS, a contratação de uma previdência complementar, mas também, a acumulação de patrimônios através de ativos financeiros. Com relação aos benefícios do RGPS (Regime Geral de Previdência Social), podemos afirmar que o(a):

- a) salário-maternidade não exige período de carência e contempla o pagamento do benefício durante 6 (seis) meses para mulheres que tiveram filho.
- b) auxílio-reclusão possui carência de 12 meses de contribuições para o INSS e o benefício é devido apenas aos dependentes do segurado do INSS preso em regime exclusivamente fechado, durante o período de reclusão ou detenção.
- c) pensão por morte não possui carência e é destinada aos dependentes do contribuinte, como filhos, cônjuge, pais, inclusive irmãos de qualquer idade, desde que comprovada a dependência econômica.
- d) auxílio-doença possui carência de 12 meses como regra geral e o benefício ocorre por incapacidade laboral temporário devido ao segurado do INSS acometido por uma doença ou acidente, substituindo a renda mensal do mesmo.



03 [305103] Rafael contratou um plano de previdência complementar aberta do tipo Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) com regime de tributação compensável (tabela progressiva). Sabendo que Rafael resgatou todo o valor após um ano e que o plano teve rentabilidade bruta de 12%a.a, com inflação foi de 4%a.a., podemos afirmar que a rentabilidade real líquida que ele calculou corretamente naquele momento foi de:

- a) 4,52% a.a.
- b) 5,96% a.a.
- c) 6,54% a.a.
- d) 6,80% a.a.



04 [106338] Um cliente possui uma previdência privada do tipo Benefício Definido e decide converter em uma renda de R\$ 23.000,00 por mês após 25 anos de contribuição. Em relação a tributação, podemos afirmar que

- a) a alíquota será de 10%, sendo ela definitiva na fonte.
- b) a alíquota será de 15%, sendo ela definitiva na fonte.
- c) a alíquota será de 15% como antecipação mais ajuste na Declaração Anual do Imposto de Renda da pessoa física.
- d) será aplicado a tabela progressiva na fonte mais ajuste na Declaração Anual do Imposto de Renda da pessoa física.



05 [106352] Para a previdência, o período de diferimento pode ser definido como:

- a) Período compreendido entre a data de início de vigência da cobertura por sobrevivência e a data contratualmente prevista para início do pagamento do benefício.
- b) Período em que o assistido (ou assistidos) fará jus ao pagamento do benefício, sob a forma de renda, podendo ser vitalício ou temporário.
- c) Período em que não serão aceitas solicitações de resgate ou de portabilidade por parte do participante.
- d) Prazo correspondente aos períodos de contribuição e/ou de pagamento de benefício, sob a forma de renda.



06 [106377] Um indivíduo, 30 anos de idade, ingressou recentemente em uma empresa que oferece a seus funcionários um Fundo de Previdência Complementar Multipatrocinado, que possui diversos perfis de carteira de investimento. Para que o indivíduo se aposente aos 55 anos, evite o risco de déficit técnico e obtenha a menor alíquota de Imposto de Renda sobre a reserva, ele deve aderir a um plano de:

- a) Benefício Definido e optar pelo regime de tributação exclusivo na fonte no resgate.
- b) Contribuição Definida e optar pelo regime de tributação definitivo no resgate.
- c) Contribuição Definida e optar pelo regime de tributação compensável no resgate.
- d) Benefício Definido e optar pelo regime de tributação progressivo no resgate.



07 [106416] Ricardo, solteiro, sem filhos, 45 anos de idade, residente e domiciliado no Brasil, é empregado de uma empresa. Recebe um salário mensal de R\$ 25.000,00 e possui um apartamento alugado que lhe rende mais R\$ 5.000,00, totalizando uma renda mensal de R\$ 30.000,00. Ele pretende trabalhar por mais 25 anos e, posteriormente, se aposentar. Procurou um especialista em investimentos para orientá-lo na contratação de um plano de previdência complementar e recebeu as seguintes informações:

I - Para capturar o benefício fiscal proporcionado pela contratação de um plano do tipo PGDL é preciso possuir vínculo com o Regime Geral de Previdência Social ou com o Regime Próprio de Previdência Social.

II - O plano do tipo VGDL é o mais indicado para constituir uma reserva para a sua aposentadoria, pois é o único que possibilita a transformação da reserva em renda mensal vitalícia.

III - Para a contratação de um plano do tipo PGDL, com benefício de postergar seu imposto, é necessária a utilização do modelo completo da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da pessoa física.

Está correto o que se afirmar em

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.



08 [305408] Marcos não deseja dar trabalho para ninguém e devido a isso, ele pretende morar em uma casa de repouso quando estiver na hora de se aposentar. Após uma pesquisa, ele chega à conclusão que a mensalidade da casa de repouso em que deseja ficar, estará em torno de R\$ 5.200,00 por mês. Além desse custo, ele estima que necessitará de R\$ 1.100,00 para despesas pontuais e de R\$ 1.200,00 para manter o seu plano de saúde. Através de uma consulta com um profissional CFP®, ele descobriu que terá uma renda mensal líquida de R\$ 4.900,00 pelo INSS na sua aposentadoria. Desta forma, considerando um plano de previdência privada com tabela atuarial BR-EMS mais juros de 2,50% a.a, com fator de 0,005885675 para uma renda vitalícia, o valor que Marcos deverá ter acumulado para alcançar seus objetivos será de:

• Dados: desconsidere a inflação e o Imposto de Renda (IR)

- a) R\$ 1.274.280,35
- b) R\$ 441.750,52
- c) R\$ 242.831,02
- d) R\$ 84.181,42



09 [106534] No auge dos seus 20 anos de idade, Rafael começou seu primeiro plano de previdência complementar. Devido a sua renda naquela época ser baixa, lhe foi recomendado aportar em um plano do tipo VGBL pela tabela progressiva. Agora aos 40 anos de idade, com uma carreira consolidada e um alto salário, entende que a previdência que melhor se encaixa seria um plano do tipo PGBL pela tabela regressiva, mas ele ainda possui algumas dúvidas. Com isso, ele busca um profissional no mercado financeiro e o mesmo lhe diz que:

- a) Deve realizar uma portabilidade interna para um plano VGBL com tabela regressiva e para os recursos novos aportar nesse novo plano VGBL com tabela regressiva.
- b) Deve realizar uma portabilidade interna para um plano VGBL com tabela regressiva e para os recursos novos, aportar em um novo plano do tipo PGBL com tabela regressiva.
- c) Deve resgatar todo o recurso antigo aplicado em VGBL e iniciar um novo plano de previdência do tipo PGBL regressivo para todos os recursos
- d) Deve portabilizar os recursos antigos para um PGBL regressivo e os novos recursos, iniciar em um novo plano também do tipo PGBL regressivo.



10 [106536] Rafael vem aportando em uma plano de previdência do tipo VGBL pela tabela progressiva e já acumulada R\$ 1.000.000,00, tendo aportado R\$ 600.000,00. Ele tem o intuito de um dia converter em renda prazo certo por 20 anos, para ter um salário de R\$ 10.000,00. Durante o período de diferimento, Rafael vem a falecer em uma acidente de carro. Mariana, que era a única pessoa indicada na previdência de Rafael, tem algumas dúvidas sobre a tributação da previdência e busca um profissional que lhe responde corretamente que:

- a) A fonte pagadora irá recolher imposto de renda (IR) antecipado sobre a base tributária de R\$ 4.000,00 e com alíquota mensal pela tabela progressiva.
- b) Ocorrerá recolhimento de imposto de renda (IR) com alíquota de 15% na fonte e, no ajuste do imposto de renda anual, ela deverá somar todas as rendas compensáveis juntamente com a parte tributável do VGBL para o devido recolhimento do IR.
- c) Por tratar de um VGBL, ocorrerá retenção de imposto de renda (IR) exclusivo e definitivo na fonte, não cabendo ajuste no imposto de renda anual.
- d) Por tratar de um falecimento, o imposto de renda é devido pelo espólio de Rafael, sendo isento de imposto de renda para Mariana.



11 [305517] Guilherme havia aportado R\$ 1.000.000,00 em um PGBL e 40 meses depois, vem a falecer, deixando um saldo de R\$ 1.500.000,00 para seu filho João. Sabendo que o regime tributário escolhido na contratação do plano foi a regressiva, o valor líquido que João irá receber será:

- a) R\$ 1.050.000,00
- b) R\$ 1.125.000,00
- c) R\$ 1.350.000,00
- d) R\$ 1.375.000,00



12 [305528] Guilherme ganha 6 mil por mês de salário e deseja fazer uma previdência privada. Em uma reunião com você, ele lhe conta que declara seu imposto de renda pelo modelo simplificado e que somando todas as deduções que ele pode fazer, incluindo INSS, ele tem 18% de abatimento da sua renda. Sabendo que a capacidade de poupança dele é de 10%, você recomendaria:

- a) alterar modelo de declaração para completa e fazer um PGBL.
- b) alterar modelo de declaração completa e fazer um VGBL.
- c) manter modelo de declaração e fazer um PGBL.
- d) manter modelo de declaração e fazer um VGBL.



13 [305537] Seu cliente Rafael, lhe passa as seguintes informações do seu último ano:

- Salário bruto anual: R\$ 200.000,00
- Renda através de dividendos: R\$ 70.000,00
- Renda através de PLR: R\$ 50.000,00
- Contribuição para a Previdência Social: R\$ 10.527,00
- Contribuição para a EFPC pelo Rafael: R\$ 12.000,00
- Contribuição para a EFPC pela empresa: R\$ 12.000,00
- Outras despesas dedutíveis: R\$ 40.000,00
- Base de cálculo par IRPF: R\$ 137.473,00
- Imposto retido na fonte: R\$ 41.670,76
- Imposto devido: R\$ 27.372,76
- Imposto restituído: R\$ 14.298,01
- Dedução Legal R\$ 10.432,32

Conforme dados apresentados, o valor máximo que Rafael poderia contribuir em um PGBL para usufruir de uma economia tributária seria de:

- a) R\$ 0,00
- b) R\$ 12.000,00
- c) R\$ 16.496,76
- d) R\$ 24.000,00



14 [305538] Seu cliente Rafael, lhe passa as seguintes informações do seu último ano:

- Salário bruto anual: R\$ 200.000,00.
- Renda através de dividendos: R\$ 70.000,00.
- Renda através de PLR: R\$ 50.000,00.
- Contribuição para a Previdência Social: R\$ 10.527,00.
- Contribuição para a EFPC pelo Rafael: R\$ 12.000,00.
- Contribuição para a EFPC pela empresa: R\$ 12.000,00.
- Outras despesas dedutíveis: R\$ 40.000,00.
- Base de cálculo par IRPF: R\$ 137.473,00.
- Imposto retido na fonte: R\$ 41.670,76.
- Imposto devido: R\$ 27.372,76.
- Imposto restituído: R\$ 14.298,01.
- Dedução Legal R\$ 10.432,32.

Caso Rafael tivesse realizado um aporte em PGBL, utilizando todo o benefício fiscal possível, seu diferimento fiscal pelo PGBL seria de:

- a) R\$ 0,00
- b) R\$ 3.300,00
- c) R\$ 4.536,61
- d) R\$ 6.600,00



15 [305539] Rafael após longos anos aportando em uma plano de previdência do tipo VGBL pela tabela progressiva, decidiu por convertê-lo em renda prazo certo por 20 anos no valor de R\$ 10.000,00 mensais, quando 40% do plano era rentabilidade. Após 5 anos da conversão da renda, Rafael veio a falecer em um acidente de trânsito. Sabendo que a única pessoa indicada na previdência era a sua filha Mariana, o valor do imposto retido pela fonte pagadora será de:

- a) R\$ 263,87
- b) R\$ 400,00
- c) R\$ 600,00
- d) R\$ 1.865,04



16 [106613] Um investidor possui uma reserva significativa em um plano de previdência complementar antigo, cujo objetivo é o de transformá-lo em renda mensal para complementação de orçamento na aposentadoria próxima. Após consulta, diante do cenário atual, verificou que a rentabilidade do fundo é baixa e a taxa de administração alta. Nesse caso, um especialista de investimento deve recomendar-lhe que:

- a) Resgate todo o valor acumulado no plano para conseguir maior rentabilidade em outro tipo de investimento e, na época da aposentadoria, administrar a reserva por meio de resgates parciais.
- b) Faça a portabilidade interna para um plano com melhor rentabilidade e menor taxa de administração, contribuindo para o aumento da reserva acumulada e, na época da aposentadoria, contrate novamente um outro com tábua atuarial antiga utilizado para receber a reserva e realizar a habilitação da renda mensal.
- c) Aproveite o tempo que ainda falta para a aposentadoria e realize a portabilidade interna para um plano com menor taxa de administração, de forma que capture melhor rentabilidade para potencializar a acumulação de sua reserva.
- d) Mantenha seu plano atual, uma vez que o intuito é o da habilitação de renda, pois planos antigos tendem a possuir tábuas atuariais mais vantajosas em relação aos valores de projeção de renda mensal.



Gabarito

(3) Simulado CFP: Módulo III - Planejamento de Aposentadoria

01. B	
02. D	
03. B	
04. D	
05. A	
06. B	
07. D	
08. B	
09. B	
10. B	
11. B	
12. A	
13. B	
14. B	
15. A	
16. D	